



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/PE

Informação nº 145695996/2026-UPLAN/SELOG/SR/PF/PE

1. Trata-se de contratação destinada à aquisição de testes presuntivos colorimétricos para identificação de substâncias entorpecentes, a serem utilizados pelo SETEC/SR/PF/PE e pela DRE/PE no contexto das atividades de repressão ao narcotráfico.
2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a necessidade administrativa envolve a realização de exame presuntivo em ambiente de campo, sob condições operacionais adversas, com limitação de tempo, infraestrutura e quantidade de amostra disponível, exigindo solução que permita resposta imediata, segura e tecnicamente confiável.
3. Nesse contexto, foram definidos requisitos técnicos e operacionais indispensáveis, notadamente a identificação presuntiva multidroga em dispositivo único, a cobertura simultânea do rol de substâncias relevantes, a operação autossuficiente sem uso de equipamentos acessórios, a portabilidade e a confiabilidade analítica compatível com o uso pericial preliminar.
4. O levantamento de mercado evidenciou que as soluções disponíveis se limitam a reagentes individuais ou kits parciais, que exigem a realização de múltiplos testes por amostra, com aumento significativo do tempo de resposta, maior consumo de material apreendido, elevação do risco de contaminação cruzada e erro de procedimento, além de maior exposição do agente a reagentes químicos em ambiente não controlado, circunstâncias que, em conjunto, tornam tais soluções operacionalmente inviáveis para a atividade policial.
5. Verificou-se que apenas o produto IDenta IDT 9030T atende simultaneamente aos requisitos técnicos e operacionais definidos, não tendo sido identificada solução equivalente capaz de atender integralmente à necessidade administrativa.
6. No que se refere à formação do preço, a aceitação do valor estimado decorreu de pesquisa realizada com base em propostas comerciais e na verificação dos valores praticados pelo fornecedor em fornecimentos realizados a outras instituições públicas e privadas, evidenciando compatibilidade com o padrão de mercado para o produto, o que afasta indícios de sobrepreço.
7. Dessa forma, a indicação da marca constante do Termo de Referência não decorre de preferência da Administração, mas da impossibilidade técnica de definição do objeto por especificações genéricas que permitam a competição, refletindo a própria inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
8. Assim, esta unidade técnica manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação por inexigibilidade, por caracterizada a singularidade técnica do objeto, a inexistência de solução equivalente no mercado e a compatibilidade do valor com os preços praticados.

Atenciosamente,

Carlos Fellipe Guerra Corrêa de Oliveira
Perito Criminal Federal
Integrante Requisitante Titular

Ricardo Saldanha Honorato
Perito Criminal Federal
Integrante Requisitante Substituto

Eduardo Osorio de Cerqueira
Perito Criminal Federal

DESPACHO – INTEGRANTE ADMINISTRATIVA (UPLAN/SELOG/SR/PF/PE)

Senhora Superintendente,

1. Trata-se de processo administrativo destinado à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para aquisição de testes presuntivos colorimétricos multidrogas, conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e Informação Técnica emitida pelo SETEC/SR/PF/PE.
2. No âmbito das atribuições desta Unidade de Planejamento de Contratações – UPLAN, procedeu-se à análise dos elementos instrutórios constantes dos autos, especialmente quanto à conformidade da pesquisa de preços realizada.
3. Verifica-se que a estimativa de valor foi obtida por meio de cotação junto ao fornecedor identificado como único apto a atender integralmente aos requisitos técnicos definidos, tendo sido complementada por análise dos valores praticados pelo referido fornecedor em fornecimentos a outras instituições, conforme consignado na Informação Técnica do setor demandante.
4. Tal metodologia revela-se adequada ao caso concreto, considerando a natureza singular do objeto e a inviabilidade de competição demonstrada, estando em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, especialmente no que se refere à utilização de fontes compatíveis com a realidade de mercado em hipóteses de fornecedor exclusivo.
5. Dessa forma, não se identificam indícios de sobrepreço, restando evidenciada a compatibilidade do valor estimado com os preços praticados para o objeto.
6. Adicionalmente, observa-se que o processo encontra-se devidamente instruído, com demonstração da necessidade administrativa, definição adequada dos requisitos da contratação, análise de mercado e fundamentação da inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
7. Diante do exposto, esta Integrante Administrativa **ratifica a conformidade da pesquisa de preços e dos elementos de planejamento da contratação**, opinando pelo prosseguimento do feito.
8. Encaminhem-se os autos à autoridade superior para análise e deliberação quanto à autorização da contratação por inexigibilidade.

Recife/PE, na data da assinatura eletrônica.

JULIANA SILVA DA CUNHA CAVALCANTI

Integrante Administrativa
UPLAN/SELOG/SR/PF/P

DESPACHO – SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SR/PF/PE

1. Trata-se de processo administrativo destinado à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para aquisição de testes presuntivos colorimétricos multidrogas, destinados ao SETEC/SR/PF/PE e à DRE/PE, no contexto das atividades de repressão ao narcotráfico.
2. Considerando os elementos constantes dos autos, especialmente: Documento de Formalização da Demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP), que demonstra a necessidade administrativa e a inviabilidade de competição; a Informação Técnica do setor demandante, que atesta a singularidade técnica do objeto e a inexistência de solução equivalente no mercado; e o despacho da UPLAN/SELOG/SR/PF/PE, que ratifica a conformidade da pesquisa de preços e dos elementos de planejamento.
3. Verifica-se que a contratação encontra-se devidamente fundamentada na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente da singularidade técnica do objeto.
4. No que se refere ao valor estimado, restou evidenciada sua compatibilidade com os preços praticados no mercado para o produto, afastando indícios de sobrepreço.
5. Diante do exposto, **AUTORIZO a contratação direta por inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as demais formalidades legais.
6. Encaminhem-se os autos à unidade competente para adoção das providências subsequentes.

Recife/PE, na data da assinatura eletrônica.

ADRIANA VASCONCELOS DE ALBUQUERQUE

Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS FELLIPE GUERRA CORREA DE OLIVEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 24/04/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AGADEILTON GOMES LACERDA DE MENEZES, Chefe de Setor**, em 24/04/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA SILVA DA CUNHA CAVALCANTI, Agente de Polícia Federal**, em 24/04/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO OSORIO DE CERQUEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 28/04/2026, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA ALBUQUEQUE DE VASCONCELOS, Superintendente Regional**, em 27/04/2026, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SALDANHA HONORATO, Perito(a) Criminal Federal**, em 28/04/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145695996&crc=8F07FC21.
Código verificador: **145695996** e Código CRC: **8F07FC21**.